**Ata da 63ª Reunião Plenária Extraordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Paraíba do Sul, realizada aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, virtualmente pela plataforma Zoom.** Estavam presentes os servidores do DAEE que trabalham na Secretaria Executiva do CBH-PS, **10 (dez) membros do segmento Sociedade Civil; 09 (nove)** **membros do segmento Municípios** e**, 05 (cinco) membros do segmento Estado, membros das Câmaras Técnicas do Colegiado e demais convidados.** A Sra. Presidente Maria Eduarda San Martin passa ao primeiro item de pauta, colocando em discussão a Deliberação **CBHPS 005/2024 de 29 de maio de 2024,** que “Aprova o Plano de Ação e o Programa de Investimentos - PA-PI do CBH-PS para o período 2024-2027. A Sra. Presidente expõe que é necessário aprovar esta deliberação, mas propõe que seja feita uma consulta aos órgãos competentes, para esclarecer a necessidade de atualizar ou não os valores na planilha, ficando pendente a assinatura, pela diretoria, desta deliberação após a consulta feita. A Sra. Presidente coloca em votação a deliberação, com a condicionante colocada acima, sendo APROVADA por UNANIMIDADE.A Sra. Presidente pede que seja feita uma análise pela SE e passa ao próximo item de pauta a **Deliberação CBH-PS nº 006/2024 de 29 de maio de 2024**, que aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo uso da água, segundo pleito, destinados a área do CBH-PS para 2024 e dá outras providências. O Sr. Alan explica que existem 02 minutas dessa deliberação, sendo uma, a aprovada na Câmara Técnica e uma outra que apresenta uma situação um pouco diferente. A Sra. Presidente pede que ele explane aos demais e cita que houve uma ligação da Sra. Marcia, explicando sobre as duas deliberações, mas que não houve um consenso sobre isso e que inclusive não recebeu a planilha. O Sr. Alan explica que houve uma solicitação da superintendência do DAEE para que seja avaliado um empreendimento e o prazo foi muito curto entre a solicitação e essa reunião, cita ainda um contato da Secretária Executiva e o Vice presidente em que ficou entendido que esse assunto seria trazido para a plenária para discussão e deliberação, cita ainda que houve um problema de comunicação e entendimento da sua parte sobre o envio da planilha à Presidente, explica ainda que as duas minutas serão apresentadas aos presentes e que a sugestão da Secretaria Executiva, é o melhor possível para não prejudicar as demais ações e inicia uma apresentação em tela, explicando a solicitação do DAEE em relação a este empreendimento de Recuperação das Condições Operacionais da Barragem dos Motas, apresentando o oficio enviado pelo DAEE e também as duas sugestões de distribuição dos recursos, que em síntese alteraria no PDC 3.1 de R$ 11.500.000,00 para R$ 9.600.000,00, no PDC 7.1 de R$ 21.494.856,70 para R$ 18.994.856,70, no PDC 6.1 de R$ 475.000,00 para R$ 237.500,00 e no PDC 8.2 de R$ 2.500.000,00 para R$ 237.500,00, justificando essa redução de valores nos PDCs citados, para que se inclua o PDC 6.2 com o valor de R$ 6.900.000,00 para atender a demanda da superintendência do DAEE para o empreendimento citado anteriormente, segue a apresentação fazendo um histórico da Barragem dos Motas e mostrando algumas imagens da mesma e de algumas enchentes ocorridas em um bairro de Guaratinguetá, próximo à barragem. O Sr. Marcelo Manara questiona se as enchentes são consequência da falta de manutenção da barragem. O Sr. Alan responde que não, se tratando somente de chuvas, mas que a apresentação visa demonstrar que os problemas podem ser maiores, caso haja algum problema mais grave com a represa. O Sr. Lazaro questiona se a barragem tem a baixa do seu nível fora dos períodos de chuva e que pelas informações que possui, a mesma está sempre cheia. O Sr. Alan questiona a Sra. Fernanda sobre o tema, mas ela não responde no momento e o Sr. Alan diz que irá buscar essas informações técnicas para enviar ao conhecimento dos interessados e finaliza a apresentação colocando as duas opções para os membros analisarem, salientando que não houve desrespeito ao que foi apresentado à CT. O representante da ONG Jaguamimbaba, ressalta a necessidade de valorizar a Educação Ambiental na distribuição dos recursos, não devendo sofrer um corte drástico, sugere ainda que se procure a AGEMVALE para buscar soluções para este empreendimento da barragem. O representante da Prefeitura de Cachoeira Paulista diz que reitera as palavras dos demais colegas e que seria importante maior embasamento para discussão dessa deliberação, considerando que é delicada a situação da represa e que é necessário além do laudo da Defesa Civil, também de apresente um laudo do IPT, reiterando também que é necessário seguir os ritos estabelecidos e que não concorda com a redução dos valores para Educação Ambiental. O Sr. Neto também utiliza a palavra, concordando com os que o antecederam. O representante do Rotary Clube considera que é um absurdo que se tenha que discutir coisas, que acima de tudo são ilegais, inserido na última hora, sabendo que não é legal. A representante da Prefeitura de Cruzeiro informa que no Plano de Bacia não consta esse PDC. O Vice Presidente utiliza a palavra, para dizer que, na reunião da Câmara Técnica votou contra a inclusão desse assunto, mas após contato telefônico da Secretária Executiva, considerou que não poderia se ignorar o assunto e que embora não concorde com essa maneira de apresentar duas deliberações, o assunto foi trazido então à plenária para discussão, como está acontecendo, cita ainda que estudou sobre o assunto e descobriu que existe um TAC assinado para que o DAEE faça esse trabalho e que no MPO consta claramente que assuntos com pendências e condenações judiciais não devem receber investimentos, finaliza citando que, em sua visão há ilegalidade no processo e que já citou sobre o tema não constar nos PDCs do Plano de Bacias, considera também necessária que haja uma consulta à PGE sobre essa questão e solicita à SE que faça essa consulta .A Sra. Presidente segue, dizendo que havendo uma ilegalidade e o CBH estar aprovando isso é complicado e que tomando nota das falas que a antecederam, todos se expressaram de forma contrária à aprovação, cita a fala do representante da associação dos Engenheiros e Arquitetos (via chat) que fica registrada à seguir*: “Gostaria que ficasse registrado em ATA minha opinião, em que pese a importância da obra, manifesto minha discordância em retirar recursos da educação ambiental para colocar numa obra em que o estado tem obrigação judicial para executar e isso tem impedimento pelo MPO, além desta barragem não estar dentro do Plano de Bacias.”* O Sr. Alan cita que essa era a intenção, ou seja, trazer para a plenária se manifestar, com clareza, lisura e transparência para que todos possam opinar, discutindo com todos os membros, justifica ainda que os valores de educação ambiental acabaram reduzidos por conta do cruzamento dos PDCs e que esse pode ser um debate próximo para priorização e destinação de recursos maiores, o Sr. Alan também propõe a votação nominal sobre essa deliberação. A Sra. Presidente e o Sr. Vice-presidente citam que não está previsto em estatuto a votação nominal. A Sra. Presidente abre a votação a Deliberação que inclui o empreendimento apresentado pelo DAEE, sendo a mesma REJEITADA pela maioria dos membros, com voto favorável somente do Sr. Alan. A Sra. Presidente passa então à **Deliberação CBH-PS nº 006/2024 de 29 de maio de 2024** que“Aprova diretrizes e critérios para distribuição dos recursos do FEHIDRO e Cobrança pelo uso da água, segundo pleito, destinados a área do CBH-PS para 2024 e dá outras providências”, com seu formato anterior, sem a inclusão do empreendimento apresentado pelo DAEE, sendo a mesma APROVADA pela maioria, com voto contrário do Sr. Alan. .A Sra. Presidente pede então que o Sr. Alan passe à apresentação da Prestação de Contas do custeio da SE, conforme já pactuado. O Sr. Alan inicia a apresentação de uma planilha com a Prestação de Contas com os pagamentos efetuados por tipo de despesa, referentes ao ano de 2023, de janeiro à dezembro, destacando os gastos de maior volume, tais como Correio que possui um valor mais alto nos meses de Julho e Dezembro destaca o pagamento da cota de patrocínio do Diálogo Interbacias consultoria para o Relatório de Situação, Manutenção de Veículo , Manutenção obras – instalações Comitê .O Sr. Alan segue a apresentação: Transporte para o ENCOB Hospedagem no ENCOB Reembolso de Transportes e Alimentação no ENCOB respectivamente .Em seguida, é passado a palavra ao Sr. Vilmar, que faz uma explanação sobre o Projeto da Termelétrica que pretende-se construir em Caçapava, apresentando dados sobre os malefícios que esta usina pode trazer para toda a região, defendendo que este projeto não prospere por todos os problemas que pode causar e conclui solicitando que o CBH se pronuncie oficialmente sobre este assunto. A Sra. Presidente se diz aberta para trazer o debate para Comitê a solicitação do Sr. Vilmar. O representante de Cachoeira Paulista sugere que o COMAM de Lorena seja consultado sobre a questão da termelétrica, haja vista o histórico do Conselho que barrou um projeto desta natureza. A Sra. Presidente cobra que a SE envie os convites às instituições cientificas de ensino para a composição da Comissão Cientifica. O Sr. Alan informa aos presentes o saldo financeiro de custeio em 31/12/23: R$ 865.077,18. A Sra. Presidente lembra a todos que o Edital está aberto e questiona sobre o prazo para protocolo de projetos, A Secretaria Executiva responde que o prazo se inicia hoje e termina em 30 de junho. A Sra. Presidente agradece aos presentes e encerra a presente reunião.